RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 15/09/2026 | aceito: 18/09/2026 | publicação: 21/09/2026

A resistência de Mpodyongo entre os Basolongo no contexto da ocupação colonial portuguesa

Mpodyongo's resistance among the Basolongo in the context of the Portuguese colonial occupation

Resistencia de Mpodyongo entre los Basolongo en el contexto de la ocupación colonial portuguesa

António Pedro Fernandes Maria
Licenciado em Ensino de História pela Universidade Agostinho Neto no Instituto Superior de Ciências de Educação do Lubango (ISCED-Lubango), atual ISCED-Huíla; Mestre em Ensino de História da África pelo Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda (ISCED-Luanda). Doutorando em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professor Efetivo do Magistério n.º 1042 ZRE-Soyo, Professor colaborador do Instituto Superior Politécnico do Soyo (ISP-Soyo) e do Instituto Superior Universitário Nimi Ya Lukeni (INSPUNYL).
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) — ntonyangonga@gmail.com

Maria Pedro António Isabel Dias
Licenciada em Engenharia de Petróleo pela Universidade de Belas, Angola. Docente e Chefe de Departamento de Ensino e Investigação do Curso de Licenciatura em Engenharia Agronómica do Instituto Superior Universitário Nimi Ya Lukeni - Soyo.
Universidade Nimi Ya Lukeni — mariadiasisabel4@gmail.com

Resumo: O estudo analisa as ações conduzidas por Mpodyongo e pelo seu exército, uma das mais importantes lideranças da resistência à dominação colonial portuguesa no território dos Basolongo entre segunda metade do século XIX e princípio do século XX. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, recorrendo à revisão bibliográfica, à análise-síntese e à realização de entrevistas não estruturadas com vinte participantes residentes no Soyo, Angola. A revisão bibliográfica permitiu identificar e analisar a literatura pertinente sobre a temática em estudo. O método de análise-síntese foi utilizado para examinar, interpretar e integrar as informações provenientes das diferentes fontes consultadas, possibilitando a construção de uma compreensão articulada do objeto de estudo. Verificou-se que Mpodyongo organizou diferentes estratégias de resistência, recorrendo à mobilização militar, à articulação das lideranças locais e à defesa do território como mecanismos de enfrentamento à presença portuguesa. A pesquisa evidenciou, que a resistência não se limitou à atuação individual de Mpodyongo, mas resultou da participação ativa dos Basolongo, cuja mobilização coletiva expressou a defesa da autonomia política, das instituições tradicionais e dos valores socioculturais ameaçados pela expansão colonial.
Palavras-chave: Resistência; Basolongo; Soyo; Ocupação efetiva; Mpodyongo.

Abstract: This study analyzes the actions taken by Mpodyongo and his army—a key leadership force in the resistance against Portuguese colonial rule in the Basolongo territory during the late 19th and early 20th centuries. The research is qualitative in nature, employing a literature review, analysis-synthesis, and unstructured interviews with twenty participants residing in Soyo, Angola. The literature review enabled the identification and analysis of relevant works on the subject. The analysis-synthesis method was used to examine, interpret, and integrate information from the various sources consulted, facilitating a coherent understanding of the subject matter. The study found that Mpodyongo organized various resistance strategies, utilizing military mobilization, the coordination of local leaders, and territorial defense as mechanisms to confront the Portuguese presence. The research demonstrated that the resistance was not limited to Mpodyongo's individual actions but stemmed from the active participation

of the Basolongo people; their collective mobilization served to defend the political autonomy, traditional institutions, and sociocultural values threatened by colonial expansion.
Keywords: Resistance; Basolongo; Soyo; Effective occupation; Mpodyongo.

Resumen: El estudio analiza las acciones llevadas a cabo por Mpodyongo y su ejército, uno de los líderes más importantes de la resistencia a la dominación colonial portuguesa en el territorio de los Basolongo entre la segunda mitad del siglo XIX y principios del XX. La investigación se caracteriza por ser cualitativa, utilizando revisión bibliográfica, análisis de síntesis y entrevistas no estructuradas con veinte participantes residentes en Soyo, Angola. La revisión bibliográfica permitió identificar y analizar la literatura relevante sobre el tema en estudio. Se utilizó el método de análisis-síntesis para examinar, interpretar e integrar información de las diferentes fuentes consultadas, permitiendo la construcción de una comprensión articulada del objeto de estudio. Se encontró que Mpodyongo organizó diferentes estrategias de resistencia, utilizando la movilización militar, la coordinación de líderes locales y la defensa del territorio como mecanismos para enfrentar la presencia portuguesa. La investigación mostró que la resistencia no se limitó a las acciones individuales de los Mpodyongo, sino que resultó de la participación activa de los Basolongo, cuya movilización colectiva expresó la defensa de la autonomía política, las instituciones tradicionales y los valores socioculturales amenazados por la expansión colonial.
Palabras clave: Resistencia; Basolongo; soyo; Ocupación efectiva; Mpodyongo.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa as diferentes ações conduzidas por Mpodyongo e pelo seu exército, uma das mais importantes lideranças da resistência à dominação colonial portuguesa no território dos Basolongo, subgrupo do povo Kongo (Bakongo). Entre segunda metade do século XIX e princípio do século XX, Mpodyongo liderou a oposição à invasão e às práticas coloniais portuguesas, num período marcado pela intensificação da expansão imperial europeia em África.

Esse contexto foi profundamente influenciado pelas decisões da Conferência de Berlim (1884 - 1885), cujas deliberações redefiniram a partilha territorial do continente africano entre as potências europeias. Para Portugal, a conferência significou o não reconhecimento dos denominados “direitos históricos” que reivindicava sobre uma vasta região da África Central-Ocidental, obrigando o Estado português a intensificar a ocupação efetiva dos territórios reclamados (Panzo, 2020). Foi nesse cenário de consolidação do domínio colonial que emergiram movimentos de resistência africana, entre os quais se destacou a atuação de Mpodyongo e dos Basolongo.

Nesse contexto, o presente artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: em que medida a resistência liderada por Mpodyongo expressou as formas de contestação africana ao processo de ocupação colonial portuguesa no território dos Basolongo? Para responder a esse problema, o estudo tem como objetivo geral analisar as estratégias de resistência liderada

por Mpodyongo frente ao avanço da dominação colonial portuguesa entre segunda metade do século XIX e princípio do século XX. Especificamente, busca contextualizar o processo de ocupação colonial portuguesa após a Conferência de Berlim; Identificar as principais formas de resistência e militar desenvolvidas por Mpodyongo e seu exército; compreender a participação dos Basolongo na oposição ao domínio colonial; e discutir a relevância histórica dessa resistência para a compreensão das dinâmicas de contestação ao colonialismo português na África Centro-Ocidental.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, recorrendo à revisão bibliográfica, à análise-síntese e à realização de entrevistas não estruturadas com vinte participantes residentes no município do Soyo, província do Zaire, Angola. A revisão bibliográfica permitiu identificar e analisar a literatura pertinente sobre a temática em estudo, fornecendo o referencial teórico que sustentou a investigação. O método de análise-síntese foi utilizado para examinar, interpretar e integrar as informações provenientes das diferentes fontes consultadas, possibilitando a construção de uma compreensão articulada do objeto de estudo. As entrevistas não estruturadas possibilitaram a recolha de narrativas, experiências e conhecimentos dos participantes, conferindo maior profundidade à análise dos dados.

Complementarmente, foram consideradas informações obtidas por meio da observação decorrente da vivência dos autores no município do Soyo. Além disso, por integrarem a mesma linhagem genealógica do Mpodyongo, os autores tiveram acesso a conhecimentos e tradições transmitidos oralmente desde a infância. Esses conhecimentos foram tratados como uma fonte complementar de informações e submetidos à análise crítica, em diálogo com a literatura consultada e os dados empíricos obtidos durante a investigação.

A figura1 apresenta, de forma sintética, a linhagem genealógica de Mpodyongo em relação aos autores da pesquisa e ao depoente Estanislau Pedro Isabel (ou Nchimba a Mvaia ou Nchimba Mbeú). De acordo com a genealogia familiar, Mpodyongo é tetravô ou tataravô dos autores da pesquisa. O depoente Estanislau Pedro Isabel é primo de primeiro grau do pai dos autores e sobrinho do avô destes, sendo, no contexto das relações familiares, considerado tio de segundo grau dos autores. Essa proximidade de parentesco confere especial relevância ao seu depoimento, por estar diretamente vinculado à linhagem familiar de Mpodyongo e ao conhecimento transmitido entre as gerações; e por fazer parte do Conselho da autoridade tradicional dos Basolongo no Soyo.

Figura 1 – Genealogia dos autores em relação a Mpodyongo e Estanislau Pedro Isabel (Nchimba a Mvaia ou Nchimba Mbeú)

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 15/09/2026 | aceito: 18/09/2026 | publicação: 21/09/2026

Tetravô ou tataravô: Mpodyongo
Trisavó: Madya ma Mpodyongo
Bisavó: Mpemba a Madya
Avô: Vidi é Vulu
Pai: Filipe Pedro Isabel (Ngonga é Vulu)
Autores: xxxxx e xxxxxxxx
Irmã do avô: Beú é Vulu
Filho/primo do pai: Estanislau Pedro Isabel (Nchimba a Mvaia ou Nchimba Mbeú)

Fonte: Elaboração dos autores (2026)

2 CONCEPTUALIZAÇÃO DOS TERMOS BASOLONGO, KISOLONGO E MUSOLONGO

Os termos Basolongo, Kisolongo e Musolongo pertencem ao sistema linguístico kikongo, e exprimem diferentes dimensões da identidade étnica, linguística e cultural da comunidade Solongo, um dos subgrupos do povo Kongo. A sua formação resulta do sistema de classes nominais característico das línguas Bantu, no qual os prefixos nominais desempenham funções semânticas e gramaticais específicas. O sistema de classes nominais constitui uma das principais características estruturais das línguas Bantu, permitindo distinguir pessoas, comunidades, línguas, objetos e outras categorias nominais, sendo igualmente uma característica presente na organização gramatical da língua Kikongo (Quiala, 2013; Nurse e Philippson, 2003).

No contexto dessa organização linguística, Musolongo designa o indivíduo pertencente ao subgrupo Solongo. O prefixo Mu – identifica uma pessoa no singular, indicando a pertença de um indivíduo a uma determinada comunidade étnica. Assim, o termo Musolongo representa não apenas uma pessoa, mas também a sua identidade cultural, social e histórica dentro da comunidade Solongo.

O termo Basolongo, por sua vez, corresponde ao plural de Musolongo. O prefixo Ba – é utilizado para designar um conjunto de pessoas, referindo-se ao subgrupo Solongo enquanto comunidade. O conceito ultrapassa a simples noção de pluralidade, abrangendo a organização social, os valores, os costumes, as práticas culturais e a memória coletiva que caracterizam esse subgrupo Kongo.

Já Kisolongo designa a língua falada pelos Basolongo. Nas línguas Bantu, o prefixo Ki- é frequentemente empregado para nomear línguas, formas de expressão e manifestações culturais. Dessa forma, Kisolongo representa o sistema linguístico por meio do qual a comunidade transmite conhecimentos, preserva as tradições e reforça a sua identidade cultural.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 15/09/2026 | aceito: 18/09/2026 | publicação: 21/09/2026

A língua constitui, portanto, um dos principais elementos de continuidade histórica e de valorização do património cultural dos Basolongo.

Os termos Basolongo, Kisolongo e Musolongo expressam mais do que categorias linguísticas: representam a organização social e cultural da comunidade e refletem a importância da língua como veículo de transmissão do conhecimento, da história e das tradições. Assim, compreender a conceptualização de Basolongo, Kisolongo e Musolongo contribui para o estudo das línguas Bantu e para a valorização do património histórico e cultural das comunidades falantes do Kikongo.

Compreender a conceptualização dos termos Basolongo, Kisolongo e Musolongo é fundamental para enquadrar corretamente o subgrupo Solongo em trabalhos de natureza histórica, antropológica, linguística e etnográfica. Esses termos não são meras designações nominais; eles refletem categorias identitárias, culturais e linguísticas próprias da tradição Kongo. O seu uso adequado contribui para uma representação mais rigorosa da organização social e da identidade desse subgrupo, evitando generalizações, ambiguidades ou interpretações equivocadas. Assim, a correta distinção e contextualização desses conceitos fortalecem a consistência científica da redação e asseguram maior precisão na análise do universo sociocultural Kongo.

Tabela 1 – Prefixos e significados dos termos em Solongo

Termo	**Prefixo**	**Significado**
Musolongo	Mu-	Um indivíduo Solongo
Basolongo	Ba-	O subgrupo Solongo
Kisolongo	Ki-	A língua dos Solongo

Fonte: Elaboração dos autores (2026)

3 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA TERRA DOS BASOLONGO

Soyo é a região capital tradicional dos Basolongo, um dos subgrupos do povo Kongo, como referimos anteriormente. Atualmente, é um município da província do Zaire, situado no norte de Angola, na margem sul da foz do rio Zaire ou Congo, fazendo fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), em particular com a província do Kongo Central.

A área tradicional dos Basolongo estende-se para além das fronteiras de Angola, abrangendo também parte da atual província do Kongo Central, na República Democrática do Congo (xxxxxx, 2025). Esta divisão ocorreu em consequência da Partilha da África pelas potências europeias, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, quando as fronteiras coloniais separaram comunidades que anteriormente pertenciam ao mesmo espaço histórico e cultural.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 15/09/2026 | aceito: 18/09/2026 | publicação: 21/09/2026

Em Angola, além do município do Soyo, fazem igualmente parte da área tradicional dos Basolongo os municípios de Quelo e Tomboco, incluindo a comuna de Kinzau, todos localizados na província do Zaire.

Durante o período do Reino do Kongo, a região do Soyo foi governada pelos soberanos designados de Mani-Soyo. Em diferentes épocas, a sua autoridade estendeu-se para sul até à região do atual município do Ambriz, onde fazia fronteira com os territórios que correspondem ao atual município do Dande, na província do Bengo. A extensão desse domínio variou ao longo da história, conforme as mudanças políticas e militares do Reino do Kongo.

4 SITUAÇÃO PORTUGUESA E CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL DO REINO DO KONGO NA ÉPOCA DE MPODYONGO

Segundo Thornton (1983), o Reino do Kongo possuía uma estrutura política altamente organizada, assente numa monarquia centralizada, apoiada por governadores provinciais (manis) e por chefias locais responsáveis pela administração das diferentes regiões do reino. Contudo, ao longo da segunda metade do século XIX, essa estrutura foi progressivamente enfraquecida em consequência das disputas sucessórias, da crescente ingerência europeia nos assuntos internos do reino e da expansão do domínio colonial português.

O Reino do Kongo dispunha de mecanismos próprios para a escolha do Mani Kongo, fundamentados nas linhagens reais e nas normas tradicionais de sucessão. Entretanto, a intervenção portuguesa, iniciada no final do século XV, alterou profundamente esse sistema político. Após a morte de Nzinga a Nkuwu, em1506, Portugal apoiou militar e politicamente Mvemba a Nzinga (Dom Afonso I), em detrimento de Mpanzu a Kitima, considerado por parte da tradição Kongo como o sucessor legítimo. Esse episódio constitui um marco da crescente interferência portuguesa na política interna do reino, inaugurando um padrão de intervenção que influenciaria sucessivas disputas pelo trono e redefiniria as relações de poder no interior da monarquia kongolesa. Conforme demonstram Thornton, Hilton e Batsikama, a influência portuguesa ultrapassou os domínios religioso e comercial, produzindo profundas repercussões na organização política e institucional do Reino do Kongo (Thornton,1983; Hilton, 1985; Batsikama, 2012).

Apesar dessas transformações, Vansina (1963; 2010) argumenta que as estruturas tradicionais de parentesco, as chefias locais e a memória histórica preservada pela tradição oral permaneceram elementos centrais da identidade política e cultural do povo Kongo, permitindo a continuidade de instituições e práticas próprias mesmo sob crescente pressão colonial.

No final do século XIX, o Reino do Kongo encontrava-se num processo avançado de fragmentação política. O poder do Ntotila, título atribuído aos soberanos do Kongo (que significa “unificador”), encontrava-se praticamente limitado a M´Banza Kongo e aos territórios circunvizinhos. Paralelamente, diversas comunidades, entre elas os Basolongo, já exerciam uma autonomia política de facto em relação ao poder central (Panzo, 2020). Essa conjuntura coincidiu com o período de maior expansão do imperialismo europeu em África, intensificado após a Conferência de Berlim (1884 – 1885).

A Conferência de Berlim representou um marco decisivo na consolidação da partilha colonial do continente africano. Embora convocada inicialmente para discutir questões relativas à bacia do Congo, as deliberações da conferência estabeleceram os princípios que orientariam a ocupação efetiva dos territórios africanos pelas potências europeias (M´Bokolo, 2011; Uzoigwe, 2010). Entre esses princípios destacou-se o da ocupação efetiva, segundo o qual o reconhecimento internacional das reivindicações territoriais dependeria da presença administrativa e militar da potência reclamante, substituindo o argumento dos chamados “direitos históricos” até então invocados por Portugal (Brunschwig, 1972).

Diante dessa nova ordem internacional, Portugal intensificou os seus esforços diplomáticos e militares para consolidar a ocupação dos territórios situados na bacia do Congo. A estratégia portuguesa combinou a assinatura de tratados de protetorado com algumas autoridades africanas e a celebração de acordos de delimitação fronteiriça com as demais potências coloniais. Nesse contexto foram firmados diversos tratados com as autoridades de Cabinda, entre os quais se destacam os acordos de Chinfuma (1883), Chicambo (1884), Simulambuco (1 de fevereiro de 1885) e Futila (7 de março de 1885), que garantiram a manutenção do enclave de Cabinda sob domínio português (Madureira, 2001).

Paralelamente, Portugal assinou, em 14 de fevereiro de 1885, um tratado com a Associação Internacional do Congo, representante dos interesses do rei Leopoldo II da Bélgica. Por esse acordo, renunciou às pretensões sobre a margem direita do rio Zaíre, em benefício do Estado Independente do Congo, perdendo importantes centros comerciais como Boma e Banana. Em contrapartida, obteve o reconhecimento internacional sobre Cabinda e sobre a margem esquerda do rio Zaire, tendo Noqui como ponto fronteiriço, embora os limites para o interior permanecessem indefinidos, sendo posteriormente fixados ao longo do rio Kwango (Pélissier, 1997; Madureira, 2001).

Outro fator que favoreceu os interesses portugueses foi a redução da influência britânica na região compreendida entre o rio Zaire e a localidade de Ambriz, correspondente aos territórios da província do Soyo. Conforme observa Pélissier (1997), essa mudança permitiu a

Portugal consolidar o seu domínio sore a costa dos Basolongo e avançar para o interior até ao rio Kwango, ainda que não conseguisse anexar a totalidade do antigo Reino do Kongo.

Importa salientar que todas essas decisões foram tomadas sem a participação ou o consentimento das populações africanas. As fronteiras coloniais foram definidas exclusivamente pelas potências europeias, ignorando as estruturas políticas e territoriais existentes. Quando compreenderam o alcance dessas decisões, diversos povos organizaram formas de resistência à ocupação colonial. Entre eles destacaram-se os Basolongo, que se opuseram à expansão portuguesa sob a liderança de Mpodyongo e dos seus guerreiros (Pélissier, 1997).

O período compreendido entre 1885 e 1915 constituiu, assim, uma fase de profundas transformações para a África Central e, particularmente, para Angola. Para a Europa, correspondeu ao auge da expansão imperialista impulsionada pela Revolução Industrial; para os povos africanos, significou a fragmentação dos seus territórios, a imposição de novas fronteiras e a consolidação do domínio colonial. Em Angola, esse processo traduziu-se na definição gradual das fronteiras atuais por meio de tratados internacionais e campanhas militares, acompanhadas da ocupação administrativa, da imposição de impostos e do recurso sistemático ao trabalho forçado (Neto, 2000; Madureira, 2001).

Foi precisamente nesse contexto de consolidação do colonialismo português que emergiu a resistência dos Basolongo, liderada por Mpodyongo. A oposição à ocupação portuguesa não deve ser compreendida como um episódio isolado, mas como parte integrante das diversas formas de resistência africana às transformações políticas impostas pela partilha colonial do continente e pela desestruturação das instituições tradicionais do antigo Reino do Kongo.

5 RESISTÊNCIA DE MPODYONGO E DO SEU EXÉRCITO CONTRA A DOMINAÇÃO COLONIAL

Mpodyongo destacou-se como um importante líder militar dos Basolongo, tendo desempenhado um papel central na resistência à ocupação colonial portuguesa no território Basolongo, localizado no norte de Angola, entre o final do século XIX e o início do século XX.

Com base em informações obtidas por meio de fontes da tradição oral, Abranches (1991) apresenta Mpodyongo como uma figura de grande relevância, reconhecido como o principal líder da resistência dos Basolongo diante da ocupação colonial.

Importante figura da povoação de Kinganga Mavakala, situada nas proximidades da atual sede municipal do Soyo, estima-se que sua atuação tenha se estendido por aproximadamente 34 anos. A longevidade desse período de liderança tem suscitado questionamento entre os estudiosos, uma vez que, diante do contexto marcado por sucessivos confrontos com as forças coloniais portuguesas, seria improvável que uma autoridade política local permanecesse em atividade por tanto tempo. Entretanto, Abranches (1991) argumenta que tais dúvidas perdem força diante da convergência das diferentes evidências documentais. Segundo o autor, tanto os testemunhos preservados pela tradição local quanto os registros produzidos por agentes e observadores externos apontam para o mesmo período de atuação dessa personalidade, reforçando a consistência da cronologia proposta.

Nas tradições orais e em alguns documentos produzidos durante o período colonial, o nome Mpodyongo permanece associado à resistência contra a ocupação portuguesa. Sua liderança destacou-se pela recusa em aceitar o pagamento de impostos e a imposição do trabalho forçado. Longe de exercer a função de rei, Mpodyongo era um mfumu – chefe reconhecido por sua autoridade política e militar – que conseguiu reunir diferentes aldeias Basolongo em torno da luta contra o domínio colonial. Sua atuação reuniu estratégias militares, políticas, diplomáticas e econômicas voltadas para a defesa da autonomia das comunidades locais e da legitimidade das instituições tradicionais de poder (Pélissier, 1986).

No campo militar, Mpodyongo organizou ações de guerrilha e emboscadas contra as colunas portuguesas que percorriam as florestas entre Soyo e Tomboco. Os combatentes Basolongo utilizavam o conhecimento da geografia local para surpreender as tropas coloniais, realizando ataques rápidas e retiradas estratégicas, o que dificultava o avanço das campanhas militares portuguesas. Essa forma de combate tornou-se uma das principais características da resistência africana à ocupação colonial na região (Pélissier, 1986).

Os sucessos militares de Mpodyongo eram atribuídos à sua notável habilidade para reunir combatentes, tanto em Kinganga Mavakala quanto nas aldeias vizinhas. Essa capacidade de mobilização indica que o recrutamento não ocorria por meio de coerção. Segundo Mpaka Mbele1, a base da sua estratégia militar estava na disciplina e na fidelidade exigidas dos seus homens. A organização do exército era estruturada em diferentes contingentes subordinados ao seu comando como Chefe do Estado-Maior. O primeiro contingente correspondia à tropa de elite, composta por guerreiros cuidadosamente escolhidos, equipados apenas com espada (nyanga) e escudo (ngubo), usando vestimentas reduzidas, com a cabeça coberta e os pés descalços. O segundo grupo era formado pelos fuzileiros, armados com canhangulos – armas de fogo que antecederam as espingardas modernas –, posicionados estrategicamente nas matas.

Por fim, integravam o exército as forças aliadas provenientes das diversas sanzalas, lideradas pelos chefes locais, mas subordinadas ao comando geral de Mpodyongo (Abranches, 1991).

Mpaka Mbele foi o líder tradicional consultado por Henrique Abranches durante sua pesquisa de campo em Soyo na década de 80 e princípio de 90 do século XX.

Nos ataques, após os disparos iniciais e a consequente retirada dos homens de canhangulo, as tropas aliadas convergiam pelas laterais para reforçar a tropa de elite. As hostilidades começavam com o grito “vida e morte!”, proferido por Mpodyongo, cuja voz, segundo os testemunhos recolhidos, podia ser ouvida a uma distância de até dez quilômetros (Abranches, 1991). De acordo com a tradição oral, Mpodyongo possuía uma voz excepcionalmente potente, capaz de se fazer ouvir a grandes distâncias, sendo os seus gritos prontamente reconhecidos por muitos Basolongo.

A tradição oral sustenta que autoridades católicas e militares que estavam presentes na região norte de Angola, reconheciam Mpodyongo como um dos líderes mais difíceis de subjugar. Esse reconhecimento evidencia que sua atuação constituiu um obstáculo significativo aos projetos de ocupação e de consolidação do domínio colonial português.

A resistência também se manifestou no âmbito econômico. Sob sua liderança, diversas aldeias deixaram de comercializar diretamente borracha e produtos agrícolas com os portugueses, mantendo relações comerciais com o Congo Belga. Essa estratégia tinha como objetivo reduzir a dependência económica em relação ao sistema colonial português e preservar a autonomia das comunidades Basolongo diante da crescente intervenção da administração colonial.

Diante da crescente influência e repercussão da insurreição conduzida por Mpodyongo, as autoridades portuguesas procuraram desenvolver uma estratégia para conter o seu avanço. Para tal, conceberam uma conspiração destinada a neutralizá-lo, recorrendo a uma proposta de negociação de trégua no Pângala, apresentada como uma iniciativa de reconciliação e restabelecimento da paz (luvuvamu). Convencido da legitimidade do convite, Mpodyongo aceitou participar das negociações e deslocou-se ao local previamente estabelecido (Abranches, 1991).

Quando chegaram ao Pângala, os portugueses, que já se encontravam escondidos na igreja, aproveitaram o fator surpresa para atacar Mpodyongo e os seus homens, dando início a um massacre. Na tentativa de escapar à emboscada, Mpodyongo reorganizou as suas forças e iniciou a retirada. Após cerca de dois meses de sucessivos confrontos e recuos, foi capturado em Kifuma, uma localidade situada a aproximadamente 40 quilómetros do Pângala, sendo posteriormente deportado para São Tomé (Abranches, 1991).

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 15/09/2026 | aceito: 18/09/2026 | publicação: 21/09/2026

Segundo Abranches (1991), a cobrança de impostos na região do Soyo – posteriormente conhecida como imposto de cubata – teve início pouco tempo após a captura de Mpodyongo, em 1901. Esse processo ocorreu durante o reinado de Nsambi a Nkumbu, considerado o último rei legítimo do Soyo desde a existência do Estado Solongo até a ocupação colonial portuguesa desse território. A introdução do imposto de cubata nesse período indica que a tributação desempenhou um papel central na consolidação do domínio colonial, funcionando como um mecanismo de controle político, administrativo e fiscal sobre a população local. Dessa forma, a sua implementação marcou o fortalecimento da administração colonial portuguesa e contribuiu para a progressiva redução da autonomia das estruturas tradicionais de poder, representadas pelo reinado de Nsambi a Nkumbu.

Segundo a tradição oral preservada por alguns descendentes de Mpodyongo, recolhida numa entrevista concedida por Estanislau Pedro Isabel (Nchimba a Mvaia ou Nchimba Mbeú), membro do atual Conselho Tradicional do Soyo, à Radio Soyo, no Programa em Kisolongo do jornalista Estevão Amélia e algumas pessoas residentes do município do Soyo afirmaram que, Mpodyongo é Lembeswa2 foi traído por um dos seus primos durante o período em que se encontrava refugiado, tentando escapar à perseguição das forças coloniais portuguesas. Essa perseguição teve início no Pângala, quando os portugueses o convidaram para estabelecer uma trégua entre o exército Solongo e o exército português; uma trégua que no fundo era uma armadilha para a captura de Mpodyongo.

Assim designado pelos seus descendentes: Mpodyongo é Lembeswa.

De acordo com este relato, após abandonar a sua posição inicial, Mpodyongo refugiou-se na aldeia de Kifuma. Contudo, a presença constante das tropas portuguesas naquela região provocava sucessivas perturbações e colocava em risco a segurança da população local. Perante as reclamações dos habitantes da aldeia, terá decidido retirar-se para a floresta denominada Nfinda é Kunku, onde permaneceu escondido.

Ainda segundo Estanislau Pedro Isabel, as autoridades portuguesas conseguiram aliciar um dos primos de Mpodyongo para colaborar na sua captura. O emissário deslocou-se à floresta e, em voz alta, anunciou que havia sido estabelecida uma trégua entre os Basolongo e os portugueses, convidando-o a abandonar o esconderijo. Convencido da veracidade da informação, Mpodyongo saiu do seu refúgio e foi imediatamente capturado pelas forças coloniais.

Verifica-se uma divergência entre os dados recolhidos por Abranches e a informação apresentada por Estanislau relativamente ao local onde Mpodyongo foi capturado pelos portugueses. Segundo Abranches (1991), a captura ocorreu em Kifuma. Já Estanislau, com base

no testemunho transmitido pela sua bisavó, Madya ma Mpodyongo (filha de Mpodyongo), afirma que a captura aconteceu nos arredores da floresta Nfinda é Kunku. De acordo com essa tradição oral, Mpodyongo encontrava-se escondido na floresta quando ouviu a voz de um dos primo que o chamava. Sem suspeitar que se tratava de uma armadilha, saiu do seu esconderijo e foi então capturado pelos portugueses.

É possível que esta divergência resulte da relativa proximidade geográfica entre Kifuma e a floresta Nfinda é Kunku, o que poderá ter levado a diferentes interpretações ou formas de transmissão da tradição ao longo do tempo.

A tradição oral refere igualmente que, após a captura, as autoridades portuguesas optaram por não o executar. Em vez disso, decidiram deportá-lo para São Tomé e, posteriormente, para Portugal, considerando que a sua influência política e militar poderia ser aproveitada pela administração colonial. Segundo Estanislau Pedro Isabel e outros descendentes de Mpodyongo, durante a viagem foi-lhe permitido transportar alimentos tradicionais e água da sua terra, uma vez que recusava consumir alimentos europeus. O propósito seria apresenta-lo vivo ao rei de Portugal.

Este relato encontra algum suporte na documentação histórica. Abranches (1991) afirma que Mpodyongo foi capturado em 1901 e deportado para São Tomé, durante o reinado de Nsambi a Nkumbu, considerado o último rei legítimo do Soyo, como se fez referência acima. Tendo a captura ocorrido em 1991, a deslocação a Portugal enquadra-se cronologicamente no reinado de D. Carlos I de Portugal (1889 - 1908), o que torna compatível a referência da tradição oral à sua apresentação perante o soberano português. Por outro lado, algumas fontes indicam que Mpodyongo apenas regressou ao Soyo em 1914, facto que não invalida a narrativa oral, uma vez que esse intervalo temporal poderá corresponder ao período em que permaneceu deportado em São Tomé, prática frequentemente utilizada pela administração colonial portuguesa para afastar líderes africanos considerados uma ameaça ao domínio colonial.

Segundo a narrativa de Estanislau, dos descendentes de Mpodyongo e outras pessoas entrevistadas, durante a audiência em Portugal, D. Carlos I procurou estabelecer uma aliança com Mpodyongo. Este, porém, recusou qualquer entendimento e, em gesto de desafio, cuspiu na direção do monarca. Os entrevistados acrescentam ainda que a espada de Mpodyongo era tão pesada que eram necessários três soldados para a transportar, elemento que, na memória coletiva Basolongo, simboliza a sua extraordinária força física, coragem e prestígio como guerreiro.

Prossegue a tradição oral afirmando que, perante a impossibilidade de obter a colaboração de Mpodyongo, as autoridades portuguesas determinaram o seu regresso ao Soyo.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 15/09/2026 | aceito: 18/09/2026 | publicação: 21/09/2026

Ao aproximar-se da região, nas imediações das elevações da aldeia de Kinganga-Mavákala, próximo do local atualmente conhecido por Cavalos, Mpodyongo anunciou a sua chegada através de um grito que, segundo os narradores, ouvia-se a grandes distâncias: “Entanta tanta tanta! Mono mbele ya nkany nlweke!”, traduzido como: “Atenção, atenção, atenção! Eu, a faca da vingança, estou a caminho”. A força da sua voz permitiu que a notícia do seu regresso se difundisse rapidamente entre as comunidades do Soyo.

Este episódio pode ser relacionado com o provérbio Solongo “Onzungu ke vilakananga nfumu andi ko”, cuja tradução aproximada é: “A piada ou a indireta nunca se esquece do seu destinatário”. Segundo a tradição oral, o primo que havia traído Mpodyongo, ao ouvir a sua voz, temeu ser alvo de represálias e procurou imediatamente as autoridades portuguesas, solicitando que não permitissem o seu regresso ao Soyo.

Como desfecho, a tradição oral afirma que as autoridades coloniais decidiram deportar novamente Mpodyongo para São Tomé, território que, durante o período colonial, foi amplamente utilizado como local de desterro de chefes políticos, líderes militares e resistentes africanos considerados perigosos para a consolidação da ocupação portuguesa. No entanto, durante a travessia para São Tomé, Mpodyongo foi atirado ao alto-mar.

Além das dimensões militar, política e econômica, Mpodyongo tornou-se um importante símbolo de unidade entre os chefes Basolongo. Sua liderança fortaleceu a articulação entre diferentes comunidades, contribuindo para a organização da resistência contra a ocupação portuguesa. Mesmo após sua morte ou captura, sua memória permanece viva na tradição oral, sendo constantemente evocada como exemplo de coragem, legitimidade e defesa da soberania local.

Segundo a tradição oral preservada pelos nossos avós, Mpodyongo distinguiu-se pelo firme compromisso com a valorização da cultura material africana. No seu quotidiano, privilegiava o uso de utensílios domésticos de origem africana, rejeitando conscientemente aqueles de procedência europeia. Essa escolha transcendeu a mera preferência pessoal, constituindo uma expressão de resistência cultural e de afirmação da identidade dos Basolongo.

As narrativas ancestrais também afirmam que Mpodyongo era intransigente na defesa da soberania Solongo. Repreendia e punia severamente aqueles que se opunham aos ideais de autonomia do seu povo ou que, por ação ou omissão, favoreciam a dominação colonial na terra do musolongo. A sua liderança é, assim, recordada como um símbolo de determinação, patriotismo e compromisso com a liberdade e a dignidade do seu povo.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 15/09/2026 | aceito: 18/09/2026 | publicação: 21/09/2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a resistência liderada por Mpodyongo no contexto da ocupação colonial portuguesa entre os Basolongo, no período entre a segunda metade do século XIX e princípio do século XX, procurando responder em que medida esse movimento representou uma forma de contestação africana ao avanço do domínio colonial. A análise desenvolvida permitiu concluir que a resistência de Mpodyongo é Lembeswa constituiu uma relevante expressão do protagonismo político e militar das sociedades africanas diante da expansão imperialista europeia, evidenciando que a ocupação colonial foi marcada por intensos processos de oposição, e não por uma simples submissão das populações locais.

Os objetivos propostos foram alcançados na medida em que o estudo contextualizou a ocupação colonial portuguesa após a Conferência de Berlim, demonstrando que a redefinição das fronteiras africanas e a política de ocupação efetiva intensificaram os conflitos entre o poder colonial e as autoridades tradicionais. Nesse contexto, verificou-se que Mpodyongo organizou diferentes estratégias de resistência, recorrendo à mobilização militar, à articulação das lideranças locais e à defesa do território como mecanismos de enfrentamento à presença portuguesa.

A pesquisa evidenciou, igualmente, que a resistência não se limitou à atuação individual de Mpodyongo, mas resultou da participação ativa dos Basolongo, cuja mobilização coletiva expressou a defesa da autonomia política, das instituições tradicionais e dos valores socioculturais ameaçados pela expansão colonial. Dessa forma, a resistência assumiu um caráter coletivo, representando um esforço contínuo de preservação da soberania local frente às transformações impostas pelo sistema colonial.

Em resposta ao problema de pesquisa, conclui-se que a resistência liderada por Mpodyongo é Lembeswa expressou, de maneira significativa, as formas de contestação africana ao processo de ocupação colonial portuguesa. As evidências analisadas demonstram que os Basolongo desenvolveram estratégias políticas, militares e sociais que desafiaram a autoridade colonial, revelando a capacidade de organização e de resistência das sociedades africanas diante da dominação europeia. Mesmo diante da superioridade bélica adversária, a resistência africana deixou um legado histórico fundamental, reafirmando o protagonismo de seus povos na defesa de sua liberdade, de sua identidade e de seu território.

Por fim, este artigo contribui para o aprofundamento dos estudos sobre as resistências africanas ao colonialismo português, ao destacar a experiência dos Basolongo e a liderança de Mpodyongo como elementos centrais para a compreensão da história da África Centro-

Ocidental. Espera-se que esta investigação incentive novas pesquisas baseadas em fontes históricas diversificadas e em perspectivas que valorizem o protagonismo histórico das populações africanas, contribuindo para uma historiografia mais crítica, plural e comprometida com a reinterpretação das experiências de resistência ao colonialismo.

Referências

ABRANCHES, Henrique. Sobre os Basolongo: arqueologia da tradição oral. Luanda: Fina Petróleos de Angola, 1991.
BATSÎKAMA, Patrício. História do Reino do Kongo. Luanda: Mayamba Editora, 2012.
HILTON, Anne. The Kingdom of Kongo. Oxford: Clarendon Press, 1985.
M´BOKOLO, Elikia. África Negra: história e civilizações. 2. ed. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. v. 2.
MADUREIRA, Fernando. Angola: dos tratados à ocupação efetiva. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
NETO, Maria da Conceição. Angola no século XX (até 1974). In: ALEXANDRE, Valentim (org.). O Império Africano: séculos XIX e XX. Lisboa: Colibri; Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2000.
NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard (ed.). The Bantu languages. London: Routledge, 2003.
PANZO, Arduído Rinhoso de Mendes. Os Basolongo: um exemplo de luta pela soberania e contra a colonização portuguesa (1885 - 1915). In: JESUS, Luzia Batista de (org.). Tecendo redes antirracistas II. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2020. p. 117 – 130.
PÉLISSIER, René. História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845 - 1941). Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
QUIALA, Miguel Barroso. Longoka Kikongo: aprenda kikongo. Luanda: Mayamba Editora, 2013.
THORNTON, John Kelly. A history of West Central África to 1850. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
VANSINA, Jan. Being Colonized: The Kuba Experience in Rural Congo, 1880 – 1960. Madison: University of Wisconsin Press, 2010.
VANSINA, Jan. Le Royaume Kongo et ses voisins. Bruxelas: Académie Royale des Sciences d´Outre-Mer, 1963.